



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpeção Escrita

De acordo com o relatório de auditoria de resultados, intitulado «Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião», divulgado ontem pelo Comissariado de Auditoria, entre 1 de Janeiro de 2010 e 30 de Junho de 2013, 65 serviços públicos adjudicaram 1514 serviços, cujas despesas excederam o valor de 1400 milhões de patacas.

Esta auditoria revela, em vários serviços públicos, algumas irregularidades: «errada interpretação das normas legais pelos serviços públicos e, em consequência, errada aplicação, porém convencidos de estarem a aplicar correctamente a lei; uso abusivo de circunstâncias especiais para se subtraírem aos procedimentos legais, comportamento considerado normal pelos serviços públicos», «inexistência de quaisquer registos escritos sobre o processo de decisão das aquisições, o que evidencia falta de fiscalização», «por razões de urgência ou para contornar certos procedimentos, decidiram implementar certos serviços de interesse público e importantes para o desenvolvimento a longo prazo de Macau sem justificarem os motivos», negligenciando o critério obrigatório de «governar nos termos da lei» e o princípio crucial de salvaguardar os interesses do Governo da RAEM.

Porém, apesar da gravidade da situação, há serviços que continuam, nas respostas, a fundamentar que a dispensa de realização de concurso é para conveniência do Governo, alegando «qualificação profissional», «iminência», «vasta experiência», entre outras razões que já tinham sido refutadas. Os problemas denunciados vão ser resolvidos atempadamente? O princípio de «governar nos termos da lei» vai ser cumprido na íntegra? Trata-se de questões que nos preocupam.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Já se concluíram os relatórios dos estudos que custaram ao Governo, em 3 anos e meio, mais de 1400 milhões de patacas do erário público? Que eficácia e efeitos produziu a adjudicação destes serviços de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião?
2. O Comissariado contra a Corrupção, que tem como principal atribuição «combater firme e persistentemente a corrupção e a fraude, fiscalizar os actos administrativos, bem como a legalidade e a razoabilidade dos procedimentos administrativos, assegurando o estrito cumprimento da lei na actuação administrativa e salvaguardando efectivamente os direitos e interesses legítimos dos cidadãos», vai proceder à investigação dos 280 serviços identificados durante a auditoria como apresentando riscos elevados e considerados problemáticos?
3. Alguns serviços gastaram muita tinta na resposta para justificação da legitimidade das suas abordagens, mas foram parcimoniosos em relação às medidas de acompanhamento e melhoria. Como é que o Governo vai exortar os referidos serviços a procederem a análises aprofundadas e a criarem mecanismos mais específicos, por forma a assegurar o cumprimento integral do princípio de «governar nos termos da lei»?

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

Si Ka Lon

21 de Janeiro de 2016